

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 546.925 - RJ (2019/0349077-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : LUIZ GABRIEL DE OLIVEIRA E SILVA CURY E OUTRO
ADVOGADOS : SAULO ALEXANDRE MORAIS E SA - RJ135191
LUIZ GABRIEL DE OLIVEIRA E SILVA CURY - RJ163230
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : EMERSON MORATTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMERSON MORATTI apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no julgamento da Apelação n. 0305400-55.2016.8.19.0001.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso nas sanções do art. 157, §2º, incisos I, II e V, na forma do 29, ambos do Código Penal.

Buscando o relaxamento da custódia, a defesa impetrou *prévio writ* na origem, que não foi conhecido.

Sustenta o impetrante que o paciente encontra-se segregado desde 10/10/2016, sem que haja data prevista para o julgamento do recurso de apelação interposto, o que configuraria indevido excesso de prazo na formação da culpa definitiva.

Informa, para tanto, que o apelo defensivo foi interposto em 25/10/2017 e as respectivas razões apresentadas em 04/09/2018, não tendo o Ministério Público, até o momento, ofertado contrarrazões, razão pela qual não há previsão de julgamento da insurgência.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva, mediante a imposição de medidas cautelares diversas, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que o decreto construtivo seja revogado, permitindo-se que o paciente aguarde em liberdade o término do julgamento.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado, que deverá trazer aos autos notícias atualizadas quanto ao alegado excesso de prazo aduzido pelo impetrante, bem como, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da respectiva situação prisional.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator